

VII SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO COLUNI-UFF

07 E 08 DE NOVEMBRO DE 2025

SER OU NÃO SER PROFESSOR?
OS DESAFIOS E AS IMPLICAÇÕES DA PROFISSÃO
DOCENTE NA ATUALIDADE.



Políticas públicas e Educação

SAÚDE NA ESCOLA: REVISITANDO A PERSPECTIVA AMPLIADA DE SAÚDE NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Ana Carolina Castro Domingues¹

Alexandre Palma²

Luciana Santos Collier³

José Augusto Dalmonte Malacarne⁴

Introdução

A Educação Física Escolar (EFE) tem carregado heranças higienistas e comportamentais nos currículos escolares. Assim, são reforçadas atividades teórico-metodológicas voltadas ao controle corporal e com discursos de saúde pautados na ausência de doenças, desconsiderando, quase sempre, a complexidade da determinação social deste fenômeno.

O objetivo deste ensaio foi analisar como a EFE pode promover uma educação em saúde fundamentada no conceito ampliado de saúde, pautando-se nas questões que atravessam o cotidiano dos estudantes.

Justificativa

A saúde é direito dos brasileiros (Brasil, 1988) e tema transversal à educação básica (Brasil, 1998; Brasil, 2019). Contudo, tem sido ensinada nas escolas, sobretudo por abordagens comportamentais e individuais, desconsiderando como a educação, a renda, a habitação, o meio ambiente e a alimentação, por exemplo, influenciam as diferentes possibilidades de acesso dos/as escolares e a responsabilidade do Estado na garantia deste direito social (Collier, 2021).

Metodologia

Trata-se de um ensaio teórico, de natureza qualitativa e abordagem crítico-reflexiva, fundamentado na perspectiva ampliada de saúde (Brasil, 1986) e em como as questões atuais que envolvem a saúde podem – e devem – estar presentes no ensino das práticas corporais nas escolas.

Revisitando a perspectiva de saúde ampliada para Educação Física Escolar

No processo de educação em saúde, defende-se discussões que considerem a saúde como direito socialmente conquistado pelos brasileiros no processo de Reforma Sanitária e criação do Sistema Único de Saúde, além de debates sobre como a determinação social influencia para que diferentes grupos sociais, atravessados por gênero, condição socioeconômica, orientação sexual, território e deficiência, por exemplo, tenham – ou não – o acesso às práticas corporais. Neste sentido, a EFE pode ser um espaço inclusivo, acolhendo corpos historicamente marginalizados cujo acesso pleno vem sendo negado sistematicamente.

Ademais, não há como desconsiderar as barreiras socioeconômicas dos/as alunos e seus familiares relacionadas à falta de tempo, de espaços públicos e renda. Debates sobre o fim da escala 6x1 e a restrição da alimentação como arma de guerra em Gaza, por exemplo, materializam essa perspectiva. Além disso, na cidade do Rio de Janeiro, o acesso desigual dos trabalhadores, mulheres pretas e residentes de favelas ao lazer e aos serviços de saúde explica a discriminação, opressão e

¹Especialista em Pedagogia Crítica da Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: anacastroacademico@gmail.com.

²Doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). E-mail: palma_alexandre@yahoo.com.br.

³Doutora em Ensino em Biociências e Saúde pelo Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz). E-mail: lucianacollier@id.uff.br.

⁴Doutor em Educação em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: ze_malacarne@hotmail.com.

VII SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO COLUNI-UFF

07 E 08 DE NOVEMBRO DE 2025

SER OU NÃO SER PROFESSOR?
OS DESAFIOS E AS IMPLICAÇÕES DA PROFISSÃO
DOCENTE NA ATUALIDADE.



dificuldade de acesso à saúde a partir das lentes da interseccionalidade (Malacarne; Rocha, 2024).

Assim, a saúde não se resume apenas à biologia, historicamente reforçada na EFE, mas contempla também marcadores sociais, históricos, políticos e culturais. Nas aulas, o lazer e as práticas corporais devem ser compreendidos como bens histórico-culturais socialmente conquistados, negados a determinados grupos, e não como obrigações individuais (Palma, 2020).

Conclusão

A EFE precisa romper com os reducionismos biológicos, comprometendo-se com uma educação crítica e reconhecendo que a saúde não se limita à ausência de doenças, tampouco pode ser promovida somente com mudança de hábitos. Deste modo, ao incorporar a perspectiva ampliada, é possível fomentar a luta social, promover a justiça e construir práticas pedagógicas conectadas à realidade dos/as estudantes.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. **VIII Conferência Nacional de Saúde**. Relatório final. Ministério da Saúde: Brasília, 1986. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8_conferencia_nacional_saude_relatorio_final.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

BRASIL. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC**: prática de implementação. Ministério da Educação, 2019. 26 p.

COLLIER, L. Educação Física escolar e a promoção da saúde: crítica à responsabilização individual. **Revista Movimento**, v. 25, n. 4, p. 1234–1250, 2021.

MALACARNE, J. A. D.; ROCHA, M. B. Ensino da Saúde na Cidade do Rio de Janeiro: percepções de professores de educação física na educação básica. **Revista Cocar**, Belém, v. 21, n. 39, p. 1-20, out. 2024.

PALMA, A. Saúde na educação física escolar: diálogos e possibilidades a partir do conceito ampliado de saúde. **Temas em Educação Física Escolar**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-15, jul./dez. 2020b.

Palavras-chave: Educação Física Escolar. Saúde. Determinação social. Currículo.